



Índice

- 01** Produtores bloqueiam rodovia contra ampliação de área indígena em MT
- 02** Governo estuda indenizar produtores desapropriados na demarcação de terras indígenas
- 03** Justiça determina força policial para retirar índios de fazenda em Aquidauana
- 04** Polícia investiga duas mortes violentas de indígenas em Amambai
- 05** Sema vota favorável a construção de usina hidrelétrica; ambientalistas e índios já se posicionam contrários
- 06** ARTIGO: Povos Indígenas e Expansão Hidrelétrica na Amazônia: necessidade de regulamentação ou de interpretação da legislação existente?
- 07** Direitos dos Povos Indígenas e de Terreiro serão discutidos em evento no Centro Histórico



Produtores bloqueiam rodovia contra ampliação de área indígena em MT
SÍTIO G1 MT, 1º.07.2013

*Manifestantes pedem a revogação de portaria que ampliou terra Kayabi.
Cerca de 350 famílias que vivem na região devem ser despejadas.*

Produtores rurais de Apiacás, a 1.005 km de Cuiabá, bloquearam trecho da MT-206 desde a madrugada desta segunda-feira (1º), nas proximidades da ponte sobre o Rio Paranaíta, em Paranaíta, a 849 km da capital, que dá acesso ao município. Eles pedem a revogação da portaria que ampliou a demarcação da reserva indígena Kayabi em Apiacás e Jacareacanga (PA), pois terão que deixar a área reconhecida como pertencente aos indígenas. Hoje, cerca de 350 famílias vivem no local e devem ser despejadas.

Um dos coordenadores do movimento, Jeremias Prado afirmou que os manifestantes impediram que os operários que trabalham na construção de uma usina no Rio Teles Pires, na região, chegassem ao canteiro de obras. "Queremos chamar a atenção do governo federal e, como ele [governo] tem interesse nessa usina, acreditamos que seremos ouvidos", disse. O bloqueio ocorreu por tempo indeterminado.

A portaria, do Ministério da Justiça, foi aprovada em abril deste ano. Com isso, de 117 mil hectares, a reserva indígena deve ter mais de 1.053 milhão de hectares, que corresponde a uma ampliação de 729% da área. A demarcação foi realizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai). "Isso está nos atingindo duramente e daqui uns dias devem nos tirar de lá", reclamou Jeremias.

Por meio de nota, o prefeito de Apiacás, Adalto Zago, informou que, além de desalojar as famílias, a demarcação impede a exploração de calcário na região. Os produtores alegam que a jazida mais próxima dessa região fica no município de Nobres, a 151 km de Cuiabá, que fica a aproximadamente 1.000 quilômetros de distância.

Durante o processo de demarcação, a Funai declarou que a área pertence aos Kayabi desde 1915. A reserva é destinada a posse permanente dos grupos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká. A terra indígena está localizada na confluência do Igarapé das Pedras com o rio São Manoel/Teles Pires. O território foi criado em 1968. Em 1974 foi demarcado com 47 mil hectares e, em 1987, foi remarcado aumentando para 127 mil hectares. Em 1999, um estudo da Funai indicou a necessidade da ampliação da área indígena na região.

Atualmente, o estado de Mato Grosso é o segundo em número de índios do país. São 47 etnias em 78 terras indígenas, que estão em diferentes fases de regularização. Até o momento, o estado possui 11,2 milhões de hectares regularizadas, onde estão 57 terras indígenas localizadas em 46 municípios. São mais de 24 mil indígenas.

REPORTAGEM: Pollyana Araújo, do G1 MT.



Governo estuda indenizar produtores desapropriados na demarcação de terras indígenas

SÍTIO CLIC HOJE, 1º.07.2013

O governo federal estuda indenizar os produtores que foram desapropriados na demarcação de terras indígenas. Em reunião realizada com produtores de Mato Grosso do Sul nesta quarta-feira (27) o secretário geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse que a proposta está sendo avaliada e irá atender os proprietários de terra que tiverem títulos devidamente reconhecidos pela Justiça.

Ele ressaltou que o governo vai insistir nas mesas de negociação envolvendo o Conselho Nacional de Justiça, governos estaduais e representantes das entidades rurais e indigenistas. Na reunião participaram aproximadamente 100 produtores de Mato Grosso do Sul e representantes das delegações de mais sete estados atingidos pela insegurança jurídica provocada pelas invasões indígenas: Mato Grosso, Paraná, Maranhão, Santa Catarina, Bahia e Minas Gerais.

De acordo com o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Sistema Famasul), Cristiano Bortolotto, os produtores levaram para a audiência uma série de reivindicações, como a revalidação da Portaria 303, da AGU, com 19 condicionantes da Raposa Serra do Sol; a CPI da Fundação Nacional do Índio (Funai); a aprovação da PEC 215 - que transfere ao Legislativo a competência pelas demarcações; a suspensão imediata das demarcações e também a revisão de todos os laudos demarcatórios já realizados.

REPORTAGEM: Redação Clic Hoje



Justiça determina força policial para retirar índios de fazenda em Aquidauana
SÍTIO REGIÃO NEWS, 1º.07.2013

Prazo para desocupação pacífica da Fazenda Esperança expirou. PF diz que recebeu ordem e está em fase de planejamento da reintegração.

A Justiça Federal em Campo Grande encaminhou ofício à Polícia Federal para que seja cumprida a reintegração de posse da Fazenda Esperança, em Aquidauana, a 143 km da capital. A propriedade foi ocupada por índios da Comunidade Taunay-Ipegue no dia 31 de maio e teria que ter sido desocupada, de forma pacífica, na última semana. Segundo as lideranças indígenas, aproximadamente 800 terena estão na área.

Conforme dados do site da Justiça Federal em Mato Grosso do Sul, a Polícia Federal foi oficiada na sexta-feira (28). A assessoria da PF informou ao G1, nesta segunda-feira (1º), que recebeu a ordem judicial de reintegração de posse e está em fase de planejamento para desocupação da área.

A ordem de reintegração é do dia 14 de junho, mas o juiz federal Renato Toniasso estipulou prazo de dez dias para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) fizesse a desocupação pacífica. Caso a tentativa de desocupação voluntária fosse frustrada, Toniasso autorizou uso de força policial para retirar os terena do imóvel.

O tempo desta negociação começou a contar a partir do dia 19 e expirou na última semana. Representantes da Funai discutiram a saída da fazenda com lideranças indígenas, em encontro que foi organizado em uma aldeia em Aquidauana, mas não obtiveram resultado.

Em entrevista anterior ao G1, o líder indígena Gilson Terena disse que a reunião não teve acordo e o grupo se recusa a deixar a fazenda. "Pode vir a tropa de choque. Nossos guerreiros estão prontos e não vão sair porque a área é um direito nosso".

FONTE: G1 MS

Polícia investiga duas mortes violentas de indígenas em Amambai

SÍTIO A GAZETA NEWS, 1º.07.2013



Próximo ao corpo do adolescente guarani-kaiowá os policiais encontraram esta camisa suja de sangue, que pode pertencer ao autor do crime. (Foto: Vilson Nascimento)

A Polícia Civil de Amambai está investigando a morte de dois indígenas ocorridas entre domingo, 30 de junho e essa segunda-feira, 1 de julho, na Aldeia Limão Verde, em Amambai.

Os dois jovens guarani-kaiowa, um de 19 e outro de apenas 16 anos, foram vítimas de morte violenta.

Segundo a polícia, Cleomar Oliveira, de 19 anos, teria se suicidado com o próprio cinto.

Ele teria amarrado ao cinto em uma travessa de sustentação do teto no interior da casa de sua tia, onde estaria residindo e sentado na janela da residência para cometer o suicídio.

Outro caso

No outro caso, Joanielson Martins, de 16 anos, foi assassinado, segundo a Polícia Civil, possivelmente vítima de golpes de pauladas na cabeça.

De acordo com a polícia, familiares informaram que o adolescente teria saído de casa por volta das 11h da manhã desse domingo e não foi mais visto.

O corpo do jovem guarani-kaiowá foi localizada no decorrer da madrugada dessa segunda-feira às margens da Rodovia MS-156, trecho que corta a Aldeia Limão Verde, entre Amambai e Tacuru.

De acordo com a Polícia Civil de Amambai, que atua nas investigações do caso com apoio de lideranças da reserva indígena, próximo ao corpo da vítima foi encontrado uma camisa suja de sangue que possivelmente possa ser do autor ou de um dos autores do crime.

A polícia não descarta a hipótese de o crime ter sido cometido em outra localidade e o corpo do rapaz ter sido levado para o local onde foi encontrado. As investigações continuam.

REPORTAGEM: Vilson Nascimento



Sema vota favorável a construção de usina hidrelétrica; ambientalistas e índios já se posicionam contrários

SÍTIO PORTAL PCH, 1º.07.2013



Mais uma hidrelétrica será construída em Mato Grosso. Na última quarta-feira (19), durante reunião ordinária entre o Conselho Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (Consema), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) se posicionou favorável a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Paiaguá.

A nova usina irá gerar 28 MW, provocará o alagamento de 2,2 mil hectares e afetará 19 km do Rio do Sangue, que é parte na bacia do rio Juruena. O receio é que a medida provoque conflitos na região, uma vez que a construção degradará uma das poucas áreas verdes e diferentes terra indígenas, incluindo a Manoki, com 251 mil hectares, e a Ponte de Pedra, que protege o local do mito de origem de diversos povos do Cerrado mato-grossense.

De acordo com o site Repórter Brasil, os ambientalistas já apontaram que se trata de uma questão delicada devido ao fato de o rio Sangue ser um dos principais formadores do Rio Juruena, afluente do Tapajós.

A reunião ordinária foi marcada por questionamentos e apontamentos de irregularidades feitas pelos conselheiros. Dentre as falhas estão erros técnicos que foram chamados de descuidos graves na elaboração de alguns estudos, entre eles o Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Segundo os conselheiros, os projetos foram feitos em tempo recorde por um único profissional sem especialização. Ainda de acordo com houve trechos do documento foi plagiado. Parte teria sido copiada de uma tese de doutorado que pode ser encontrada na internet. CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2013

Brasília, 02 de julho de 2013.

Um representante do Ministério Público Estadual (MPE) também estava presente e leu ofício assinado pelo procurador de Justiça, Luiz Alberto Esteves Scaloppe. Consta do documento que as pesquisas tiveram como base apenas uma ida a campo em junho para analisar o meio biótico durante a estação da seca e outra em outubro para as observações durante o período de chuvas.

A pressa na elaboração do projeto foi criticada pelo MPE que apresentou uma análise que demonstra que o empreendedor, Global Energia Eletrica AS, 'teve como base em dados secundários e cometeu erros primários quanto à metodologia de pesquisa e identificação de espécies e outros pontos'.

FONTE: Da Redação - Priscilla Silva



ARTIGO: Povos Indígenas e Expansão Hidrelétrica na Amazônia: necessidade de regulamentação ou de interpretação da legislação existente?

SÍTIO CANAL ENERGIA, 1º.07.2013

Hoje, no Brasil, a exploração de potenciais hidrelétricos em terras indígenas é prevista na própria Constituição, sendo legítima e possível, desde que haja autorização do Congresso Nacional e que as comunidades sejam ouvidas. No entanto, este dispositivo se refere a projetos que causem interferência no interior de terras indígenas.

Uma pergunta recorrente surge a cada notícia veiculada sobre invasão de canteiros de obras de empreendimentos hidrelétricos em construção por populações indígenas, sequestro de pesquisadores e possível ausência de hidrelétricas nos leilões de energia é: como o Governo Federal pretende, de fato, transformar os planos de expansão da geração em realidade?

O Plano Decenal de Energia 2021 afirma que ao longo dos próximos 10 anos, a participação das hidrelétricas, PCH, termelétricas movidas a biomassa, e eólicas permanecerá crescendo, mantendo a matriz elétrica brasileira baseada em fontes de energia renováveis, chegando a 83,9% em 2021. Para isso, conta com um acréscimo de 31,7 mil MW só de geração hidrelétrica.

A maior parte desses projetos hidrelétricos está localizada na Amazônia, destacando a UHE Belo Monte, com 11.233MW de potência instalada. No entanto, as sucessivas invasões nos canteiros de obra da usina podem comprometer o cronograma de implantação do empreendimento e, conseqüentemente, as projeções do PDE. As invasões dos canteiros por indígenas têm ocorrido sob a alegação de não realização de consulta, nos moldes da Convenção OIT nº 169, às populações afetadas pelo empreendimento. No entanto, o consórcio responsável pela usina confirma a realização de 38 reuniões públicas com 24 comunidades anteriormente à emissão da licença prévia.

Outros projetos que também estão sofrendo com os impasses referentes à interpretação dos dispositivos da Convenção são aqueles planejados para serem implantados na bacia hidrográfica do rio Tapajós, a UHE São Luiz do Tapajós e a UHE Jatobá. Recentemente, três pesquisadores que realizavam levantamentos de fauna e flora para compor os estudos ambientais das usinas foram sequestrados e roubados por índios Mundurucus que exigiam a suspensão dos estudos até que toda a população indígena da região fosse ouvida. O sequestro levou à interrupção dos estudos, o que também pode impactar as previsões de leiloar a UHE São Luiz do Tapajós, com 6.133 MW, no segundo semestre de 2014.

Os 6.133 MW representam um montante significativo do total de energia proveniente de empreendimentos que estão planejados para entrar em operação entre os anos de 2017 e 2021, que corresponde a 19.673 MW, de acordo com o PDE 2021.

Não se pode negar que existem tentativas de diálogo entre o Governo e os indígenas, que recentemente estiveram em Brasília para exigir a suspensão de estudos ou implantação de

CONT.



qualquer projeto hidrelétrico na Amazônia até a regulamentação da Convenção OIT nº 169. E as iniciativas não passam apenas por diálogo. Já foram adotadas medidas efetivas, embora lentas no resultado, como a instituição do Grupo de Trabalho para regulamentação do Direito de Consulta, com previsão de conclusão de suas atividades em janeiro de 2014.

No entanto, pergunta-se como resolver os conflitos atuais, uma vez que a energia destes projetos está contabilizada para atender a demanda que tem previsão de aumento em linha com o crescimento econômico, estimado em 4,7% ao ano em média.

Hoje, no Brasil, a exploração de potenciais hidrelétricos em terras indígenas é prevista na própria Constituição, sendo legítima e possível, desde que haja autorização do Congresso Nacional e que as comunidades sejam ouvidas. No entanto, este dispositivo se refere a projetos que causem interferência no interior de terras indígenas. Os projetos citados não estão localizados em terras indígenas e sim em áreas distantes, como por exemplo, a UHE São Luiz do Tapajós que está a mais de 40 km da terra indígena mais próxima.

Mesmo não se aplicando a determinação da Constituição para estes projetos, uma vez que estão fora dos limites de uma terra indígena, a Convenção OIT nº 169, já internalizada no ordenamento jurídico brasileiro, obriga a efetiva participação dos povos indígenas em decisões que os afetem diretamente e estabelece o procedimento de consulta para qualquer medida administrativa que venha a interferir no seu modo de vida. Também afirma que a consulta somente será considerada válida se a informação prestada pelo responsável pela interferência for consistente e acessível.

A fase de realização dos levantamentos de campo para elaboração dos estudos de viabilidade técnica-econômica e ambientais se presta justamente à coleta de informações in loco, para serem consolidadas e divulgadas posteriormente para todos os interessados, incluindo os próprios índios. Portanto, impedir a realização de estudos, que tem como objetivo conhecer a região e diagnosticar os impactos do futuro empreendimento, contrariaria a própria convenção, uma vez que esta determina que a consulta deve ser livre, prévia e, principalmente, informada.

É importante frisar que, após a fase de estudos, o projeto ainda terá sua viabilidade analisada pelo órgão ambiental competente, considerando todos os impactos, inclusive a interferência no modo de vida dos indígenas do entorno. Além disso, hoje a legislação exige a realização de audiências públicas para possibilitar a participação de todos os afetados, índios e não-índios. Para que a realização dos estudos se dê de forma não conflituosa, a divulgação prévia entre os indígenas a respeito de como e o que será pesquisado na região poderia ser a solução mais imediata, mesmo que este procedimento não esteja regulado.

Dessa forma, entende-se que, independentemente da tão almejada regulamentação dos procedimentos de consulta da Convenção OIT nº 169, sua aplicação já seria possível para os projetos que se encontram em fase de estudo, utilizando-a conforme a redação atual, complementada por instrumentos normativos vigentes, como aqueles que regulam o processo de licenciamento ambiental e garantem a participação da população afetada por algum empreendimento.

CONT.



Com base nos dados colhidos na etapa de estudo, a consulta às populações indígenas sobre a implantação do projeto, que ainda poderá ser negada pelo órgão ambiental caso este conclua pela sua inviabilidade, poderá ser feita e o direito à participação estará garantido, o que trará maior segurança jurídica para os investidores necessários ao desenvolvimento de tais empreendimentos, uma vez que os direitos dos povos indígenas estariam respeitados.

De forma alguma, exclui-se a necessidade de regulamentação do art. 231 da Constituição e da própria Convenção, para assegurar procedimentos mais específicos e bem delineados de consulta às populações indígenas, mas na medida em que os conflitos estão ocorrendo neste momento e colocam em risco o atendimento da demanda futura por energia, não podemos esquecer as normas vigentes e possíveis de serem aplicadas aos casos vividos hoje.

AUTORA: Erika Breyer é Mestre em Desenvolvimento Sustentável – Energias Renováveis pela University College London - e a responsável pela área de Energia e Sustentabilidade do Doria, Jacobina e Gondinho Advogados.



Direitos dos Povos Indígenas e de Terreiro serão discutidos em evento no Centro Histórico

SÍTIO PELOURINHO CULTURAL, 1º.07.2013



A Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – **ACBANTU**, realiza no Pelourinho nesta quinta-feira, 04 de julho, a partir das 15h, a “11ª Mesa Redonda do Caboclo Camarada Amigo Meu”, cujo tema é “**Nasci foi no Brasil! Sou brasileiro!**”.

A primeira mesa aconteceu em 27 de junho, no município de Santo Amaro, e trouxe o tema “Do Recôncavo Baiano para o Brasil: brota a Independência”. Agora, 04 de julho, no anfiteatro Prof. Alfredo Thomé de Brito da Faculdade de Medicina da UFBA – Pelourinho, será realizada a segunda parte do evento, discutindo o tema “Povos Indígenas e Povos de Terreiro: temos direitos, somos brasileiros!”.

Confiando na “amizade dos caboclos”, hoje este evento é de toda a sociedade baiana e compõe as atividades da **Rota da Independência da Bahia**, fazendo escoar a voz das lideranças Indígenas e de Terreiro que vivenciam momentos de troca de experiências, para que sejam celebradas as Ancestralidades e revigoradas as suas estratégias de luta pelos direitos.

SERVIÇO

O quê: Mesa redonda “Povos Indígenas e Povos de Terreiro: temos direitos, somos brasileiros!”

Onde: anfiteatro Prof. Alfredo Thomé de Brito da Faculdade de Medicina da UFBA – Pelourinho

Quando: 04 de julho de 2013, às 15h

Quanto: entrada franca

Realização: ACBANTU

Parceiros: Rede Kôdya / Rede Povos de Terreiro / Centro de Culturas Populares e Identitárias / Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia / Fundação Pedro Calmon / Universidade Federal da Bahia / Governo da Bahia (SPM, SEPROMI, SECULT-BA).